

# Bofetada na Nação

O presidente da Câmara dos Deputados, Inocêncio Oliveira, deveria perder algumas horas de seu fim de semana assistindo a uma gravação em videolaser de *Andrea Chénier*, detendo-se especialmente em seu primeiro ato, quando os criados da nobre dama proprietária do castelo o invadem porque a Revolução começou na França. O ato é relativamente curto e a ópera não excederá três horas seguidas — mas o drama que o deputado está criando será de longa duração. Especialmente porque é uma bofetada atirada à Nação a sua pretensão de ver na medida provisória que deu aumento aos funcionários civis e militares não um primeiro passo para a realização da isonomia, mas um aumento puro e simples — com o que se faz indispensável dar aumento não só aos funcionários da Câmara, mas de todo o Congresso e, por isonomia!, aos do Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas.

Na sua ligeireza, o deputado chega a afirmar que, se tivesse condições, daria em dezembro aumento de 100% a deputados e funcionários, pois ganham pouco. Um deputado percebe cerca de R\$ 3 mil, segundo seu presidente; pouco mais de R\$ 4 mil, segundo o diretor-geral da Câmara, que disso deve entender bem. O argumento do deputado Inocêncio é digno de Meneguelli: houve defasagem salarial, pois em 1974 o salário de um deputado equivalia a R\$ 8 mil! Estamos diante de um caso claro de má-fé cínica ou de estupidez córneia.

O presidente da Câmara, reconheça-se, não age levado apenas pelo desejo de ser reeleito se o sr. Luís Eduardo Magalhães não pretender ser o terceiro homem da República. Age impulsionado pelos servidores da Casa, que foram os primeiros a mover-se para transformar a MP da isonomia numa providência de aumento, que deveria, pois, estender-se aos dois outros Poderes. Enquanto o Executivo se reúne para firmar posição contra qualquer aumento acima da inflação ou de reposição nas estatais; enquanto os ministros da Fazenda e do Trabalho se esfalfam para convencer trabalhadores e patrões a não exigir nem dar demais, Congresso, Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas podem reunir-se e, sem veto de nenhum outro Poder, decidir que o aumento que se pretendem dar não afetará em nada o Plano Real. Esquecem o aspecto moral do problema — o que leva a indagar se alguma vez se pensou nele.

Não será apenas o Executivo que se insurgirá contra a decisão do Congresso e do Judiciário se ela for tomada — ao preço da crise institucional que se abrirá à véspera das eleições. Será o povo em primeiro lugar. Depois, na esteira do protesto popular, virão as reivindicações dos empregados das estatais que têm da-



ta-base em setembro ou outubro, e dos setores privados, cujos acordos vencem no mesmo período. Seguindo o aumento autoconcedido pelo Poder Judiciário, como poderá o Tribunal Superior do Trabalho pedir moderação aos trabalhadores, sacrifícios em nome da Pátria? Como se poderá exigir paciência aos que sofrem?

Certo, um deputado ganha entre R\$ 3 mil e R\$ 4 mil — depositados em sua conta bancária. Nos apartamentos funcionais, pagam aluguel invejado pela classe média

baixa de São Paulo, para não dizer Brasília, onde os aluguéis são altíssimos. Os que não têm apartamento recebem cerca de R\$ 500 de auxílio-moradia. Têm direito a 600 e poucos reais para expedir correspondência. Podem usar telefones de graça até pouco mais de R\$ 600. Sem contar as quatro passagens aéreas por mês entre Brasília e seu Estado de origem, uma delas permitindo uma parada no Rio de Janeiro, não se sabe por quê. Todos se sentem prejudicados.

Atribui-se ao deputado Chico Vigilante, um dos vigilantes efetivos do PT, exame melancólico da situação desses representantes que ganham cerca de R\$ 5 mil brutos por mês (por baixo, 70 vezes mais que o salário mínimo): "Hoje é uma pobreza franciscana. Não só em

relação aos auxílios, que se a gente não controlar acaba excedendo e pagando a diferença. Não há nem copos para beber água". Como é triste saber que o Congresso do país que é a 10ª economia do mundo não tem dinheiro para comprar copos descartáveis. Não tem de fato: apesar da crise do Estado, discutida e cantada em prosa e verso no Congresso, o Tesouro Nacional deve — segundo o deputado Oliveira — R\$ 39 bilhões referentes ao Orçamento de 1994

**Pensar em  
aumentar  
vencimentos do  
Congresso e do  
Judiciário, agora,  
é insensatez**

(estranho cálculo esse, pois o Orçamento não existe). O Congresso deve a Deus e a todo o mundo: empresas aéreas, empreiteiras (sim, porque obras devem efetuar-se apesar de o Tesouro estar quase exangue), fornecedores em geral. Se fosse uma empresa privada, o Congresso teria tido requerida sua falência. Ninguém lá, seguramente, pensa nisso; muito menos pensa nos empregados da nobre dama, invadindo seu castelo durante o baile em que Chénier conhece sua amada, para anunciar sua libertação, pois a revolução chegara. Afinal, congressistas e funcionários devem pensar com seus botões: se o povo pode comer pãozinho a R\$ 0,09, por que não podemos comer brioches?